

MARIANA DE SOUSA ARAÚJO

**Formação Docente e sexualidade: o que pensam os/as licenciandos/as em  
Ciências Biológicas?**

MARIANA DE SOUSA ARAÚJO

**Formação Docente e sexualidade: o que pensam os/as licenciandos/as em Ciências Biológicas?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para a conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Urutaí.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Me. Luciana Aparecida Siqueira Silva

**Coorientadora:** Prof.<sup>a</sup> Me. Christina Vargas Miranda e Carvalho

URUTAÍ - GO

2020



**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

**Identificação da Produção Técnico-Científica**

- Tese  Artigo Científico  
 Dissertação  Capítulo de Livro  
 Monografia – Especialização  Livro  
 TCC - Graduação  Trabalho Apresentado em Evento  
 Produto Técnico e Educacional - Tipo: \_\_\_\_\_

Nome Completo do Autor: Mariana de Sousa Araújo

Matrícula: 2016101220530197

Título do Trabalho: Formação Docente e sexualidade: o que pensam os/as licenciandos/as em Ciências Biológicas

**Restrições de Acesso ao Documento**

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique: \_\_\_\_\_

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 13/02/20

O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não

O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

**DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA**

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Uruaçu - GO , 13/02/2020  
Local Data

Mariana de Sousa Araújo

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Louciana A. Silva  
Assinatura do(a) orientador(a)

MARIANA DE SOUSA ARAÚJO

**Formação Docente e sexualidade: o que pensam os/as licenciandos/as  
em Ciências Biológicas?**

Defendido e aprovado em: 27/01/2020

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Luciana A. Silva

Prof.<sup>a</sup>. Me. Luciana Aparecida Siqueira Silva (orientadora)  
Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí

Ricardo Diógenes Dias Silveira

Prof. Dr. Ricardo Diógenes Dias da Silveira  
Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí

Alessandra Pavolin Pissolati Ferreira

Prof.<sup>a</sup>. Lic. Alessandra Pavolin Pissolati Ferreira  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU (Vínculo: Mestranda)

Dedico aos meus pais pelo amor e incentivo dado, a Deus e a Nossa Senhora Aparecida por terem me iluminado e por todas as conquistas realizadas.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente quero agradecer a Deus, por ter me guiado, me dado forças e saúde para prosseguir diante das dificuldades. À minha mãe Dilvânia, meu pai Aladécio, meu irmão Ricardo e ao meu namorado Warley, pelo amor e incentivo nos momentos de decisões.

A minha orientadora maravilhosa, Luciana Aparecida Siqueira Silva, agradeço imensamente pela paciência, confiança e disponibilidade em me orientar.

Agradeço à banca, que se disponibilizou com seus conhecimentos e indicações para o aprimoramento desta pesquisa.

Agradeço a todos os meus colegas de sala, pois sem a colaboração deles esse trabalho não teria sido realizado.

A secretaria de Ensino Superior do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí, em especial a pessoa do Paulo Jean Pereira Alves pela boa vontade e agilidade ao informar os dados que compuseram a discussão.

## SUMÁRIO

Resumo .....	7
Abstract.....	7
Apresentação .....	8
1. Introdução.....	9
2. Procedimentos Metodológicos .....	14
3. Resultados e Discussão.....	16
3.1 Caracterização do universo da pesquisa .....	16
3.2 Como termos relacionados à Educação para a Sexualidade estão inseridos nos PPCs do curso?.....	17
3.3 Análise das respostas .....	20
4. Conclusões.....	28
5. Referências .....	30
Anexo 1. Diretrizes para Autores – Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio - Associação Brasileira de Ensino de Biologia.....	34
Anexo 2. Questionário enviado aos participantes da pesquisa.....	36

## **Formação Docente e sexualidade: o que pensam os/as licenciandos/as em Ciências Biológicas?**

### **Resumo:**

A sexualidade e sua relação com a educação é uma questão polêmica, tendo sido por longo tempo suprimida dos currículos escolares. Essa pesquisa propõe-se a investigar a abordagem da temática no âmbito da formação inicial de professores/as de Ciências e Biologia, na realidade do IFGoiano-Campus Urutaí. Duas versões do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) foram analisadas, além de aplicação de questionários entre os/as formandos/as. Concluiu-se que o PPC antigo e o novo não oferecem muitas disciplinas ligadas à sexualidade e que a maioria dos/as futuros/as professores/as de Ciências e Biologia não se sentem preparados para trabalhar tal temática em sala de aula, possuem medo e receio de ensinarem de forma errônea, e possivelmente gerar preconceitos entre os/as alunos/as.

**Palavras-chave:** Educação sexual. Orientação sexual. Diversidade.

### **Teacher Education and sexuality: what do undergraduates in Biological Sciences think?**

#### **Abstract:**

Sexuality and its relation to education is a controversial issue and has long been suppressed from school curricula. This research proposes to investigate the approach of the theme within the initial formation of science and biology teachers, in the reality of IFGoiano-Campus Urutaí. Two versions of the Course Pedagogical Project (PPC) were analyzed, in addition to the application of questionnaires among the students. It was concluded that the old and the new PPC do not offer many subjects related to sexuality and that most future Science and Biology teachers do not feel prepared to work on this subject-matter in the classroom, they are afraid to mistakenly teach, and possibly generate prejudice among the students.

**Keywords:** Sex education. Sexual orientation. Diversity.

## **Apresentação**

Essa pesquisa foi idealizada com o objetivo de investigar quais são os tensionamentos presentes entre as/os concluintes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí do ano de 2019, no que se refere à educação para a sexualidade na escola de Educação Básica. Adequamos para apresentá-la como Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí, sob a forma de artigo científico, conforme especificado no item 5.1.2 do regulamento do Trabalho de Curso, disponível em: [https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/Regulamento\\_TCC\\_Biologia\\_27\\_02\\_2018.pdf](https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/Regulamento_TCC_Biologia_27_02_2018.pdf). O periódico escolhido para a publicação dos resultados foi a “**Revista da SBEnBio - Associação Brasileira de Ensino de Biologia**” (ISSN 1982-1867), indexada com Qualis B2 em Educação e B2 em Ensino na Plataforma Sucupira.

A revista da SBEnBio - Associação Brasileira de Ensino de Biologia foi criada em 2005 com o objetivo de se tornar um espaço de diálogo para a comunidade de professores/as de Biologia, transitando entre os/as professores/as envolvidos/as com a Educação Básica e dialogando com a formação docente e a pesquisa nas universidades.

**Os critérios de avaliação e de publicação da Revista da SBEnBio - Associação Brasileira de Ensino de Biologia estão disponíveis no Anexo 1 e pelo *link* <http://sbenbio.journals.com.br/index.php/sbenbio/about/submissions#authorGuidelines>**

## 1. Introdução

Ao lançarmos olhares para a sexualidade<sup>1</sup> e sua relação com a educação, é possível perceber que essa temática “se constituiu numa questão polêmica no espaço escolar e, por longo tempo, os currículos escolares mantiveram-se distantes dessa discussão explicitamente” (FURLANI, 2008, p. 287). Pinçando alguns acontecimentos, destacamos fatos significativos para entendermos como temas que envolvem a sexualidade chegam ao ambiente da escola.

Ao revisitarmos a história, é possível observar que as discussões acerca da sexualidade no currículo escolar vem ocorrendo desde o início do século XX pela influência das concepções médico-higienistas do século XIX. Conforme Ribeiro (2016), as primeiras ideias tinham como foco o combate à masturbação e às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST<sup>2</sup>), como também o preparo da mulher para ser esposa e mãe. No entanto, percebeu-se que se faziam necessárias discussões para além dessas questões. Essas ideias circulavam em torno das noções de cuidados com o corpo e de preservação da ‘pureza’ das meninas, com um discurso moralista e higienista, “do ‘planejamento familiar’ e de uma ‘sexualidade reprodutiva’” (FURLANI, 2008). Isso pode ser percebido ao buscarmos em algumas literaturas pedagógicas – livros didáticos e paradidáticos - que visam a normalização das formas de viver a sexualidade, com o discurso centrado na heterossexualidade compulsória, considerando a relação heterossexual como única forma possível de exercício da sexualidade (VALLIENTE; SELLES, 2017; RIBEIRO et al., 2016; SILVA, 2014).

Olhando para a história da sexualidade a partir de Michel Foucault, a escola foi uma das instituições sociais em que o discurso da sexualidade se organizou e foi disseminado. Ao contrário do que muitos pensam, a instituição pedagógica não silenciou a sexualidade, “ela concentrou as formas do discurso neste tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores” (FOUCAULT, 2007, p. 36). No tocante a esse tema, Guacira Lopes Louro chama atenção para um equívoco com que docentes encaram a discussão da sexualidade, pensando que, “[...] se deixarem de tratar desses problemas a

---

<sup>1</sup> A fim de haver uma padronização com relação à terminologia ao longo de todo o texto, serão adotados, conforme propõe Weeks (2018), os seguintes termos básicos: ‘sexo’ refere-se às “diferenças anatômicas básicas, internas e externas ao corpo, que vemos como diferenciando homens e mulheres” (p. 52). ‘Gênero’ descreve “a diferenciação social entre homens e mulheres” (p. 53). E o termo ‘sexualidade’ será adotado como “uma descrição geral para a série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas” (p. 53).

<sup>2</sup> O Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais passou a usar, em 2016, a nomenclatura “IST” (infecções sexualmente transmissíveis) no lugar de “DST” (doenças sexualmente transmissíveis). A nova denominação é uma das atualizações da estrutura regimental do Ministério da Saúde por meio do pelo Decreto nº 8.901/2016 publicada no Diário Oficial da União em 11.11.2016, Seção I, páginas 03 a 17.

sexualidade ficará de fora da escola. É indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria produz” (LOURO, 1999, p. 80-81).

É possível observar que ao longo do século XX, estão presentes na escola discursos legitimados, inclusive por meio de políticas públicas, relativos às questões que envolvem a sexualidade. No Brasil, a primeira onda do movimento feminista, que se aglutina, principalmente, em torno do movimento sufragista<sup>3</sup>, agregou muitas outras reivindicações das mulheres, tais como o direito à educação e exercício da docência, estendendo à escola as discussões de gênero.

As décadas de 60 e 70 foram marcadas pela segunda onda do movimento feminista, que no Brasil, se associa “à eclosão de movimentos de oposição aos governos da ditadura militar e, depois, aos movimentos de redemocratização da sociedade brasileira, no início dos anos 80” (MEYER, 2013, p. 14). É notório que, no que se refere à abordagem da sexualidade no contexto escolar, o golpe militar de 1964 levou a repressão a partir do moralismo vivenciado em tal situação. Conforme evidenciado por Ribeiro (2016), com o início do processo de reabertura política no Brasil, ressurgiu o interesse pela educação sexual, motivado pelos movimentos feministas, que começam a promover discussões nesse sentido, retomando-se a preocupação com o controle da natalidade e ao cuidado com o corpo. Há, nesse momento, evidente mudança de comportamento de jovens e inserção da pílula como método contraceptivo e a importância do controle das então chamadas doenças sexualmente transmissíveis (DST), que na atualidade são denominadas infecções sexualmente transmissíveis (IST). A discussão é então recolocada no espaço da escola a partir da reabertura vivida pós ditadura militar.

Na década de 80, com o avanço da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), bem como ao que se chamava, à época, de prevenção à gravidez indesejada na adolescência, a discussão é fortemente recolocada no contexto da escola (RIBEIRO, 2016; FURLANI, 2008; LOURO, 1999). Como estratégia de controle populacional e que as adolescentes pudessem viver conforme as normas estabelecidas como padrão social, são recolocadas na escola as discussões relativas à sexualidade. Muitas dessas iniciativas “acabaram por alimentar uma visão conservadora de educação sexual – uma espécie de política sexual voltada a conter ameaças à família e ataques à normalidade heterossexual” (WEEKS, 1999, p. 76-77).

---

<sup>3</sup> Movimento por meio do qual se buscou estender o direito do voto às mulheres, tendo iniciado no Brasil com a Proclamação da República (1890) e acabado quando o direito ao voto foi concedido às mulheres, por meio da Constituição, em 1934.

Na década de 90, foram implementadas discussões mais bem estruturadas nas escolas, com movimentos de organização de propostas pedagógicas voltadas às ideias relacionadas à orientação sexual. A reformulação curricular da Educação Básica (EB) brasileira ocorrida a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), possibilitou um contexto educacional favorável a essa inclusão temática. Com a LDB, houve o surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que “sugeriram Temas Transversais como campos disciplinares a serem perpassados em todas as séries, não como disciplinas, mas como assuntos necessários à formação de cidadãos e cidadãs” (FURLANI, 2008, p. 284). Conforme a autora supracitada, pela primeira vez a sexualidade e as relações de gênero têm espaço, em âmbito educacional, no então chamado tema transversal ‘orientação sexual’. Nos PCNs, no tocante à apresentação dos temas transversais, é possível confirmarmos tal concepção.

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro (BRASIL, 1998, p. 287).

No entanto, o discurso institucional que poderia promover o aprofundamento do debate em termos inovadores, girava em torno de preocupações de combate à Aids e IST. Acerca disso, Guacira Lopes Louro observa que “as condições que possibilitaram a ampliação da discussão sobre a sexualidade também tiveram o efeito de aproximá-la das ideias de risco e ameaça, colocando em segundo plano sua associação ao prazer e à vida” (LOURO, 2004, p. 36).

O século XXI foi inaugurado com movimentos ultraconservadores no que se refere à educação para a sexualidade, sendo que “expressões como ‘identidade de gênero’ e ‘orientação sexual’ aparecem e desaparecem dos documentos oficiais e das políticas públicas em educação, um verdadeiro jogo de esconde-esconde” (SEFFNER, 2017, p. 22), prevalecendo no contexto escolar um sentimento de insegurança no que se refere à abordagem de tais temáticas. Essa ideia legitima a associação da sexualidade exclusivamente “com a reprodução, levando à convicção de que a educação sexual inclui apenas conteúdos afetos à Biologia e à fisiologia do aparelho reprodutor, e, é consequência da negação do sexo como fonte de prazer” (SILVA; SANTOS, 2011, p. 4). Segundo Souza (2007), quando as escolas se

abrem para as discussões relacionadas à sexualidade, muitas vezes acabam abordando tais questões a partir do viés biológico e de forma dispersa ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, a ‘educação para a sexualidade’<sup>4</sup> geralmente é realizada “de forma assistemática e descontínua, com uma abordagem estritamente biológica, ignorando assim os aspectos históricos, sociais e culturais envolvidos nesse processo em torno da construção de significados” (SOUZA, 2007, p. 5). Discutida por esse viés, “a sexualidade parece estar sitiada pela doença, pela morte e pela violência” (LOURO, 1998, p. 94). Emerge desses fatores a importância da breve contextualização histórica acerca da inserção dos temas ligados à sexualidade no contexto escolar, tendo em vista que

Se olharmos para a escola a partir de uma perspectiva histórica, poderemos ver as diferentes formas como ela foi conclamada a colocar a sexualidade em discurso e como tais questões estão ligadas a fatos constituídos como problemas sociais no contexto e no momento em que estão situados. Estratégias pedagógicas foram criadas de modo a administrar a sexualidade e a vida social. Assim, as intervenções sobre a sexualidade na escola passaram por diferentes focos de atenção, como o onanismo<sup>5</sup>, as DSTs, a aids, a chamada gravidez na adolescência e agora o respeito à diversidade sexual (ALTMANN, 2013, p. 73).

Na contemporaneidade, “a defesa e a introdução do gênero e da sexualidade nas políticas públicas de educação no Brasil passaram a despertar significativo interesse na produção acadêmica” (VIANNA, 2012, p. 128). Todos esses movimentos nas organizações sociais justificam o interesse dos pesquisadores em ampliar e pluralizar debates tão relevantes no contexto escolar, sobretudo no que se refere à formação inicial de professores/as. “Nesse processo desafiante e de importantes disputas, emerge, por exemplo, o movimento Escola Sem Partido<sup>6</sup>, que coloca novos desafios às agendas favoráveis à igualdade de gênero e diversidade sexual nas políticas educacionais” (OLIVEIRA; FREITAS; DIAS, 2017). Diante do crescente recrudescimento do conservadorismo no país,

[...] verificamos uma série de iniciativas de possíveis restrições ao pluralismo (tramitação do estatuto da família, movimento intitulado contra a ideologia de gênero, ecos de temas de gênero e sexualidade em proposições como a da escola sem partido e em alterações da lei de diretrizes e bases da educação nacional, bem como legislações previdenciárias e de atenção à saúde). O campo de enfrentamento político cruza armas principalmente entre três instituições: as famílias, as

---

<sup>4</sup> Para Jane Felipe, a escolha do termo “educação para a sexualidade (e não educação sexual) é usado aqui para enfatizar uma abordagem mais ampla, com ênfase nos aspectos históricos, sociais e culturais, que extrapolam uma visão meramente biológica, pautada apenas na prevenção” (FELIPE, 2008, p. 32). Dessa forma, o termo ‘educação para a sexualidade’ será adotado no presente estudo.

<sup>5</sup> Onanismo é sinônimo de masturbação, sendo que “no Brasil do século XIX, o onanismo foi considerado o mais grave e terrível dos vícios, pois provocaria o aniquilamento físico, perverteria a moral e reduziria a inteligência” (ALTMANN, 2013, p. 74).

<sup>6</sup> Para Fernando Penna, Escola Sem Partido é “um projeto de lei que versa sobre a ética profissional do professor e não inclui esse professor em nenhum momento, seja ao longo da tramitação ou nas audiências públicas” além de “proibir a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula” (PENNA, 2017, p. 48, 37).

organizações religiosas e a escola pública, que disputam entre si o governo de crianças, jovens e adultos (SEFFNER; BORRILLO; RIBEIRO, 2018, p. 9).

Convém ressaltar a complexidade que a abordagem do tema exige, associada às lacunas que persistem no tocante à formação de professores/as, fazendo com que os/as docentes atuantes na área se tornem temerosos e inaptos para discutir sobre questões relativas à educação para a sexualidade. Diante do exposto, “mesmo os professores que querem trabalhar estes temas em sala de aula sentem-se desamparados pela falta de formação” (FRANÇA; CALSA, 2011, p. 119).

Há uma dicotomia no que se trata de educação para a sexualidade na formação de professores/as pois, embora seja necessário tratar sobre o assunto, parte dos docentes não teve esse contato durante sua formação, sendo comuns relatos vindos desses profissionais sobre dificuldades que “na fala dos professores, em regra geral, estão associadas ao conflito com valores morais, e, ainda ao argumento de que falta, na formação docente, uma preparação mais aprofundada acerca do tema”(RODRIGUES; COCCO, 2018, p. 2).

Nesse sentido, são necessárias ações para que os referidos profissionais estejam inseridos em movimentos que os coloquem em contato com as discussões relativas à educação para a sexualidade, considerando que o

percurso escolar é tanto o momento em que o jovem realiza uma experiência modificada de si, modificada em relação ao que aprendeu na família e ao que vivencia na esfera religiosa, quanto o momento em que lhe são fornecidas ferramentas para pensar diferentemente (FONSECA, 2012, p. 17).

Estudiosas e estudiosos desse campo de pesquisa ressaltam ainda a importância de que tais temas sejam inseridos na formação inicial de professores/as, pois

[...] para que possa ocorrer uma melhor orientação aos alunos sobre os mitos que envolvem as questões sexuais, informações na perspectiva do conhecimento científico e reconstrução dos saberes que a sociedade, mídia e família imprimiram nos discentes, por meio de padrões de comportamento e diversas linguagens, incluindo textos e imagens (BARCELOS; JACOBUCCI, 2011, p. 336).

se faz necessário a análise das Representações, de sexualidade, existentes na instituição escolar, dos docentes envolvidos com as discussões de tal temática nesse espaço, bem como dos/as futuros professores/as de Ciências e/ou Biologia, que no contexto escolar desempenharão o papel de orientador/a sexual (SILVA; SANTOS, 2011, p. 3).

Nesse contexto, em tempos de “multiplicação de contra verdades sobre as sexualidades e os gêneros no Brasil” (SILVA, 2018, p. 3), importa investigar a formação docente em Ciências Biológicas no que diz respeito à preparação para a abordagem do tema ‘educação para a sexualidade’ e consequente inserção das discussões e reflexões nos currículos de formação de professores/as. Visto que, em “dias de pânico moral, medos e

distribuição de violências. [...] em tempos como estes, suscitar o bom-senso, conhecimentos e saberes do lado de quem produz a educação escolar de todo dia, é o nosso grande desafio” (SILVA, 2018, p. 3).

Nessa perspectiva, a presente pesquisa se assenta sobre a seguinte questão investigativa: quais são os tensionamentos presentes entre as/os estudantes do oitavo período do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí (IFGoiano-Urutaí), do ano de 2019, no que se refere à educação para a sexualidade na escola?

Para o delineamento do objeto de pesquisa, consideramos as seguintes hipóteses: (i) os cursos de formação inicial de professores/as de Ciências e Biologia apresentam em sua matriz curricular disciplinas que se voltam para a abordagem exclusivamente anatômico-fisiológica do corpo humano, sem se aprofundarem em questões específicas à educação para a sexualidade; (ii) quando as temáticas relativas à sexualidade são abordadas nestes cursos de formação de professores/as, não oferecem subsídios para preparar e alicerçar os futuros professores/as quanto à sua autonomia e à abrangência das especificidades inerentes à ‘educação para sexualidade’ para o seu exercício da docência na Educação Básica.

Diante do exposto, o objetivo geral da pesquisa foi investigar os tensionamentos presentes entre as/os concluintes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IFGoiano-Urutaí do ano de 2019, no que se refere à educação para a sexualidade na escola de Educação Básica. Assim, elencamos os seguintes objetivos específicos: (i) analisar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) para identificar como o documento contempla questões relativas à educação para a sexualidade; (ii) verificar como ocorreu a formação dos/as licenciandos/as no que se refere à educação para a sexualidade no contexto da Educação Básica; (iii) desvelar se os/as futuros/as professores/as de Ciências e Biologia se sentem seguros para conduzirem discussões alusivas à educação para a sexualidade em sala de aula.

## **2. Procedimentos Metodológicos**

A temática sexualidade, de acordo com os pressupostos presentes nos PCNs (BRASIL, 1998), representa um tema transversal, estando presente nas discussões do campo educacional, suscitando problematizações que incluam posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Considerando tais aspectos, a presente pesquisa consiste na abordagem do referido tema no contexto da formação inicial de professores e professoras de Biologia. Propusemos assim, uma investigação envolvendo os/as licenciandos/das do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e uma análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de uma Instituição de Ensino Superior no estado de Goiás.

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 2014), cuja fonte direta de dados é o ambiente natural dos concluintes de um curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. As abordagens qualitativas da pesquisa “se fundamentam numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados” (ANDRÉ, 2013, p. 97).

Os dados foram coletados por meio de análise documental (análise dos PPCs do curso) e aplicação de questionário, contendo elementos da análise de conteúdo para o tratamento e análise dos resultados. Para Bardin (2016), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que visa obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens. Por meio desse método de análise, buscamos novos conhecimentos com base dos relatos dos sujeitos da pesquisa.

Foi utilizado um questionário *on-line* (anexo 2), por meio da plataforma *Google* de formulários, com a garantia de que os/as participantes não fossem identificados/as, com prévia assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Participaram desta pesquisa licenciandos/as pertencentes ao curso de Ciências Biológicas do IFGoiano-Urutá matriculados regularmente no oitavo período, no 2º semestre de 2019. A escolha de tal turma deve-se ao fato de que os sujeitos da pesquisa cursavam o último período de sua graduação, tendo contato prévio com várias disciplinas pedagógicas ligadas à formação de profissionais diretamente envolvidos/as na esfera que engloba o cotidiano escolar e os processos de ensino e aprendizagem.

O questionário conteve perguntas voltadas aos conhecimentos relativos às questões que envolvem a educação para a sexualidade, abordando os seguintes temas, conforme sugerido por Silva e Santos (2011): num primeiro momento, foram investigadas as concepções relativas à sexualidade construídas pelos sujeitos de estudo da presente pesquisa; posteriormente, sobre a formação dos/as professores/as e suas responsabilidades quanto à ‘educação para sexualidade’; e por fim, sobre a preparação dos/as futuros/as docentes para trabalharem com a temática.

Além disso, as ementas das disciplinas oferecidas ao longo do curso foram analisadas, conforme explicitadas pelo PPC, buscando-se categorizar a presença (ou não) de temáticas envolvendo a educação para a sexualidade enquanto elemento constituinte da formação inicial dos sujeitos da pesquisa. Os pressupostos teóricos da pesquisa documental foram baseados em Cellard (2008).

### 3. Resultados e Discussão

#### 3.1 Caracterização do universo da pesquisa

O universo desta pesquisa foi traçado especificamente no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas IFGoiano-Urutaí<sup>7</sup>, oferecido na cidade de Urutaí-Goiás. O curso é ofertado no período noturno, com duração de quatro anos, partilhados em oito períodos. O curso tem como objetivo

formar profissionais que compreendam o processo de ensino-aprendizagem com sólida formação teórica e que estejam preparados não só para o ensino, mas para a pesquisa e extensão, além de outras perspectivas profissionais, adaptadas às exigências da sociedade contemporânea. Além disso, objetiva-se oportunizar uma formação profissional que possibilite a constituição do professor como um cidadão intelectual crítico transformador, pelo exercício sistematizado de reflexividade sobre a sua práxis pedagógica, orientado pela unidade teoria-prática, contribuindo, assim, para a autonomia docente e para a qualidade do ensino de Ciências e Biologia na Educação Básica<sup>8</sup> (PPC, 2015, p. 15).

O referido curso foi fundado em 2011, tendo formado a primeira turma em 2014. Por meio de levantamento realizado junto aos arquivos da Secretaria do Ensino Superior da instituição foi possível identificar que, dentre os egressos há predomínio de mulheres, que correspondem a 71% das pessoas que concluíram o curso (Quadro 1).

**Quadro 1.** Distribuição, por sexo, dos egressos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IFGoiano-Urutaí

2014/1		2014/2		2015/1		2015/2		2016/1		2016/2		2017/1		2017/2		2018/1		2018/2		2019/1	
M*	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
4	5	0	3	5	15	0	1	5	8	0	0	6	8	0	1	1	10	1	1	3	9

Fonte: Secretaria de Ensino Superior do IFGoiano-Urutaí. (\* M: refere-se aos alunos que se autodeclararam do sexo Masculino; F: refere-se as alunas que se autodeclararam do sexo Feminino).

Foram identificados dois PPCs que vigoraram no curso: o primeiro, datado de maio de 2014 contém as diretrizes para o funcionamento do curso para os ingressantes entre os anos de 2010 a 2017 (a partir daqui esse documento será intitulado “PPC antigo”). A segunda versão do documento, reformulado em outubro de 2017, entrou em vigor a partir do ano de 2018, para os ingressantes a partir do primeiro semestre deste mesmo ano (doravante intitulado “PPC novo”). Diante de tal esclarecimento, nos é possível observar que a turma investigada esteve sob a égide do PPC antigo.

Foi observado que no PPC vigente para a turma do oitavo período (PPC antigo), não consta nenhum componente curricular e/ou disciplina especificamente relacionada às temáticas que envolvam gênero ou sexualidade. Em 2018 entrou em vigor o novo PPC que

<sup>7</sup> <https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/PPC-Licenciatura---Biologia---Urutai--Versao-final-2.pdf>

<sup>8</sup> Informações retiradas do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí.

passou por mudanças, de forma a se adequar à legislação<sup>9</sup>, dentre eles passaram a incluir gênero e sexualidade, possuindo assim uma disciplina específica intitulada “*Relações étnico-raciais e diversidade de gênero no ambiente escolar*” a ser ministrada no 7º período do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, com a seguinte ementa: “Gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Impactos desses temas na escola. O papel dos profissionais da educação diante dessas questões (PPC, 2017, p. 98)”. Diante disso, é possível identificar um movimento do Colegiado e Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, no sentido de oportunizar a formação de futuros/as professores/as de Biologia que contemple aspectos além das características biológicas dos seres humanos.

### 3.2 Como termos relacionados à Educação para a Sexualidade estão inseridos nos PPCs do curso?

Foi realizada a leitura flutuante dos dois PPCs que orientaram o curso, a fim de buscarmos como as questões relativas à Educação para a Sexualidade têm sido abordadas pelo documento norteador do funcionamento do curso ao longo de seus dez anos de existência. A partir dessa atividade, foi possível elencar palavras e/ou termos que tenham relação com a Educação para a Sexualidade ao longo dos documentos a partir dos quais o curso se organiza, explicitadas por meio do quadro 2.

**Quadro 2.** Informações retiradas do Projeto pedagógico do curso de licenciatura em Ciências Biológicas. Modelo antigo<sup>10</sup>, em comparação ao modelo novo

PALAVRAS/ TERMOS	PPC antigo*	PPC novo**
Sexo	<i>Três vezes:</i> uma fazendo referência aos “Genes ligados ao sexo em seres humanos” (PPC, 2015, p.56); as outras duas em títulos na bibliografia complementar na ementa de Oficina de Práticas Pedagógicas V (OPP V) (PPC, 2015, p.64).	<i>Duas vezes:</i> sendo uma vez fazendo referência aos genes. A segunda vez, em referências.
Diversidade de gênero	<i>Nenhuma vez</i>	<i>Seis vezes:</i> “diversidade de gênero no ambiente escolar”, duas vezes (PPC, 2017, p.22); as outras quatro vezes voltadas para a disciplina com esse nome.
Sexualidade	<i>Quatro vezes:</i> uma na ementa da disciplina de Oficina de Práticas Pedagógicas V (OPP V), “atividades práticas que auxiliem os futuros professores a lidarem com	<i>Quatro vezes:</i> três delas na ementa voltada para diversidade de gênero no ambiente escolar e uma na ementa de temas transversais na educação básica.

<sup>9</sup> “A lei 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira em instituições de nível fundamental e médio” (JUNIOR, 2016, p. 43). O PPC antigo seguia suas normas de acordo com esta Lei. Em seguida foi modificada para Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015 que obrigou as licenciaturas a adequarem seus PPCs “as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade” (BRASIL, 2015).

<sup>10</sup> Projeto pedagógico do curso de licenciatura em Ciências Biológicas não está mais disponível no site da Instituição, por não estar mais vigente, foi solicitado à coordenação que nos disponibilizou.

	<p>situações envolvendo violência escolar, fenômeno “bullying”, uso de drogas e questões étnico raciais, incluindo situações de preconceito e sexualidade” (PPC, 2015. p.64); na ementa da disciplina Temas transversais na Educação Básica, “Orientação sexual: abordagens vinculadas a métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, a descoberta do próprio corpo e da sexualidade” (PPC, 2015. p.93); uma no item 7.3, “vivência e/ou treinamento para a atuação em situações escolares que envolvam violência escolar, fenômeno “bullying”, uso de drogas e questões étnico-raciais, incluindo situações de preconceito e sexualidade” (PPC, 2015. p.102); E uma ligada ao quadro 1 Relação dos docentes atuantes no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas que também aparece a palavra, (PPC, 2015. p.129).</p>	
Gênero	<p><i>Uma vez:</i> “reconhecer formas de discriminação racial, social, de gênero, etc. que se fundem inclusive em alegados pressupostos biológicos, posicionando-se diante delas de forma crítica, com respaldo em pressupostos epistemológicos coerentes e na bibliografia de referência (PPC, 2015. p.19).</p>	<p><i>Quinze vezes:</i> em uma disciplina de Diversidade de Gênero no quadro de professores e suas devidas disciplinas; na parte dos objetivos específicos, item J, “consolidar a educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero” (PPC, 2017, p.19); perfil profissional item F, “que identifique questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras” (PPC, 2017, p.120); também perfil profissional item G “demonstre consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental- ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras”(PPC, 2017, p.120); na matriz curricular é abordado três vezes, voltado “a diversidade de gênero no ambiente escolar” (PPC, 2017, p.22); na parte de habilidades e competências a serem desenvolvidas, item B, “reconhecer formas de discriminação de gênero” (PPC, 2017, p.32); na ementa da disciplina (PPC, 2017, p.98); e em referências bibliográficas.</p>
Educação sexual/ Educação para a sexualidade	<i>Nenhuma vez</i>	<i>Nenhuma vez</i>
Orientação sexual	<i>Dois vezes:</i> uma na bibliografia básica da disciplina de oficina de práticas pedagógicas V (PPC, 2015. p.64); uma na	<i>Quatro vezes:</i> uma na ementa da disciplina “Relações Étnico-raciais e diversidade de gênero no ambiente escolar” (PPC, 2017, p.98);

	<p>ementa da disciplina de temas transversais na educação básica, “Orientação sexual: abordagens vinculadas a métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, a descoberta do próprio corpo e da sexualidade” (PPC, 2015. p.93).</p>	<p>duas vezes, em sua respectiva bibliografia básica e complementares (PPC, 2017, p.98); e uma na disciplina Temas transversais na educação básica, “abordagens vinculadas a métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis” (PPC, 2017, p.119).</p>
--	--	--

Fonte: As adaptações dos dois PPCs foram feitas pelas autoras para melhor compreensão do Projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. \*Projeto pedagógico do curso de licenciatura em Ciências Biológicas (2015); \*\* Projeto pedagógico do curso de licenciatura em Ciências Biológicas (2017), disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/PPC-Licenciatura---Biologia---Urutai--Versao-final-2.pdf>.

Por meio da leitura dos dois PPCs, foi possível identificar que a palavra “*sexo*” é utilizada em ambos os casos, no contexto da constituição biológica dos seres vivos, mais especificamente fazendo referência à determinação genética do sexo, vinculando tal determinação cromossômica a duas possibilidades de expressão do sexo nos seres humanos: masculino e feminino, não fazendo referência a possibilidades outras, como a intersexualidade<sup>11</sup>. Chamamos atenção para o fato de que cerca de 1,7% da população mundial é, de alguma forma, intersexual (FAUSTO-STERLING, 2000), o que nos leva a pensar na quantidade de alunas e alunos com algum grau de intersexualidade estarão em nossas salas de aula e no quanto a Biologia que está presente nos currículos escolares, livros didáticos e salas de aula pode corroborar com a marginalização desses indivíduos que, via de regra, são abordados como “aberrações” nos capítulos que tratam da Embriologia e Genética, tanto nos cursos de formação inicial de professores/as de Biologia, quanto na Educação Básica. Nesse sentido, levantamos a possibilidade de que os currículos veiculem discursos normativos sobre sexo, gênero e sexualidade no âmbito da formação inicial de professores/as de Biologia. Tal conclusão é embasada em pesquisas do campo dos estudos de Gênero, Sexualidade e Educação, tais como as de Guacira Lopes Louro, Jane Felipe, Silvana Goellner e Elenita Pinheiro de Queiroz Silva. Nessa perspectiva, “os currículos, de maneira geral, se organizam de forma a naturalizar essas diferenças, além de reforçar a padronização dos corpos, dos gêneros e sexualidades, e a consequente violação às identidades não normativas” (SILVA, 2019, p. 47).

Louro, Felipe e Goellner (2013) salientam ainda que os currículos têm colaborado com a padronização dos gêneros e das sexualidades, tornando bizarro tudo aquilo que esteja fora da norma, ou fora dos padrões usualmente adotados como referência.

<sup>11</sup> “A pessoa intersexual é aquela que nasce com características sexuais, tais como genitais, gônadas e padrões cromossômicos ambíguos, ou seja, que não se encaixam nas noções binárias de corpos masculinos e femininos (BASTOS, 2019, p.40).

Os termos “*Educação Sexual*” e “*Educação para a Sexualidade*” não aparecem em nenhuma das versões do PPC, o que evidencia um possível apagamento de tais temáticas do currículo, que se constitui como uma forma de produção de identidades “normais” e desejáveis por meio das redes de poder que normatizam sujeitos. Para Junqueira (2018), a omissão desses temas nos currículos oficiais é apontada como forma oculta de lgbtfobia e cumplicidade de educadoras e educadores com a violência aos sujeitos com identidades de gênero e sexualidade fora dos padrões normativos de normalidade.

### 3.3 *Análise das respostas*

O desenvolvimento do presente questionário ocorreu no oitavo período do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, contendo um total de 17 questões, a turma possui 16 alunos/as, tendo como participação dos 16 (100%) ao responder o questionário, dentre os quais 75% da turma se identifica como sendo do sexo feminino e 25% do sexo masculino, com faixa etária entre 20 e 31 anos (Quadro 3). O questionário visa compreender o que as/os concluintes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IFGoiano-Urutaí do ano de 2019, conhecem sobre Educação para a Sexualidade no contexto escolar.

**Quadro 3.** Variação de idade dos respondentes do questionário

<b>Idade</b>	<b>Número (n) de pessoas</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Entre 17 e 19 anos	0	0
Entre 20 e 23 anos	10	62,5
Entre 24 e 30 anos	5	31,25
Maior que 31 anos	1	6,25
<b>TOTAL</b>	16	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Abordamos aqui perguntas concernente às discussões relacionadas ao tema gênero e sexualidade na sala de aula. Todos os discentes serão denominados a partir de agora de M1, M2, M3 sucessivamente (RODRIGUES; COCCO, 2018, p. 6).

Ao levantarmos a questão “Enquanto estudantes de licenciatura em Ciências Biológicas você já participou de alguma atividade acadêmica envolvendo questões ligadas à sexualidade?”, obtivemos o sim de 10 dos sujeitos (62,5%) enquanto 6 (37,5%) disseram não em sua resposta. Os que deram a resposta afirmativa participaram de uma atividade extraclasse, o Congresso SEER (Congresso de Educação e Seminário de Educação e Relações

Étnico-Raciais)<sup>12</sup> promovido pelo IFGoiano-Urutaí. Esse é um importante dado, que evidencia a importância da participação em eventos por parte de estudantes de licenciatura, uma vez que podem ter contato com temáticas não abordadas pelas ementas oficiais de seus respectivos cursos.

Ao serem questionados como definiriam a sexualidade, as respostas dos licenciandos podem ser categorizadas em quatro grupos: (i) os que se referem ao termo com ênfase exclusivamente aos aspectos biológicos (n=7); (ii) os que relacionam os aspectos biológicos aos afetivos (n=5); (iii) aqueles que fazem referência direta à homossexualidade (n=2); (iv) os que não especificam uma definição clara (n=2). Chama atenção o fato de que 43,75% dos respondentes referem-se à sexualidade enfatizando exclusivamente aos aspectos biológicos, como nas falas a seguir: “Relacionado ao órgão reprodutor masculino e feminino;” (M3) “Refere-se ao órgão/sexo;” (M6) “O que define o sexo de um indivíduo;” (M13) “Características externas ou internas que são determinadas pelo sexo do indivíduo;” (M11) “O que nos define ao longo do tempo entre homem ou mulher;” (M15). A partir dessas respostas e considerando a análise das duas versões do PPC do curso, é possível considerar que os resultados das pesquisas de Silva (2019); Silva (2015); Louro, Felipe e Goellner (2013); Louro (2004) encontram ressonância também na realidade aqui investigada. Concluímos que a visão biologizada da sexualidade ainda predomina entre os estudantes que caminham para a conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Foi questionado como os/as futuros/as professores/as de Biologia explicariam a diferença entre sexo e gênero a um estudante de Ensino Médio, analisando as respostas identificamos três categorias de respostas, (i) os que explicariam que sexo está relacionado aos aspectos biológicos e gênero é moldado ao longo da vida sofrendo influência da sociedade (n=5); (ii) que sexo está relacionado aos aspectos biológicos e gênero é como a pessoa se identifica levando em consideração os sentimentos e instintos pessoais (n=9); (iii) não saberiam explicar (n=2). Vemos que 12,5% dos respondentes não sabem explicar a diferença entre sexo e gênero, já 87,5% explicam que o sexo é definido apenas pelos aspectos biológicos e nota-se uma divergência apenas na questão em como explicar o que é gênero. Segundo Oliveira (2015) as questões de gênero e sexualidade vem sendo alvo de discussões a muito tempo e ao passar dos anos suas definições vieram sofrendo algumas mudanças,

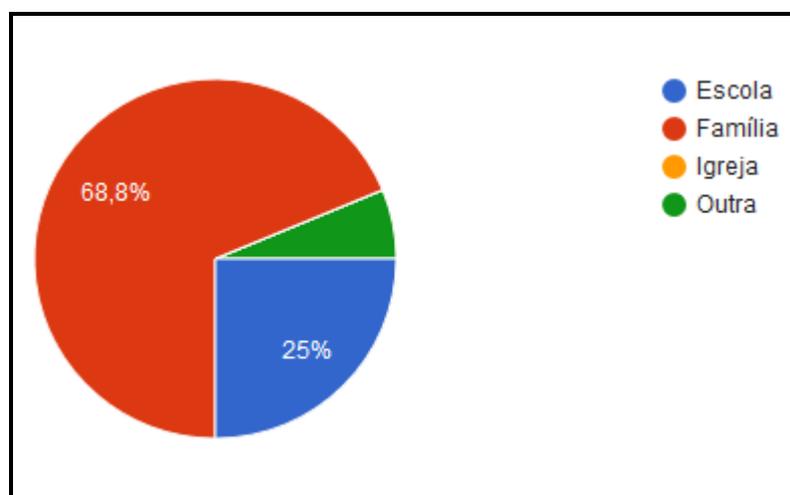
---

<sup>12</sup> “Congresso de Educação e Seminário de Educação e Relações Étnico-Raciais, promovido pelo Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí, tem o objetivo de discutir a educação e as relações étnico-raciais brasileiras no âmbito dos cursos de licenciatura. Segundo a coordenação do evento, é necessário investir para que os futuros professores e outros profissionais da educação estejam cientes das análises das relações sociais e raciais no Brasil (informações retiradas do site do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí).

acreditava-se que sexualidade era definida apenas pelo fator biológico, porém Giddens (2005) aponta que a Biologia não consegue sozinha explicar as diferentes formas de sexualidade humana, tornando-se assim uma fonte para explicar apenas o gênero. Os sociólogos definem o gênero como uma construção social, sobre qual papel o indivíduo irá exercer na sociedade (OLIVEIRA, 2015). Louro (1997) aponta que o sujeito irá moldar sua identidade de gênero a partir do momento que se identifica como masculino ou feminino e assim passar a ocupar seu papel na sociedade. Por haver divergências de respostas pode-se observar que durante todos os anos de graduação o conteúdo abordado sobre o tema sexualidade não foi suficiente para esclarecer para todos os formandos a real definição de gênero, impossibilitando-os de problematizar com seus futuros alunos e alunas as definições que mais se aproximem das discussões propostas na contemporaneidade.

No questionário, quando perguntados “quem deve se ocupar prioritariamente da educação sexual de crianças e jovens” (figura 1) há uma grande disputa entre três instituições: escola, família e igreja, sendo que 68,8% dos discentes disseram que a família deve se ocupar prioritariamente da educação sexual, e somente 25% acredita ser de responsabilidade da escola e apenas 6,3% disse outra, mais não especificou de quem seria.

**Figura 1.** Frequência de respostas ao questionamento sobre quem deve se ocupar prioritariamente da educação sexual de crianças e jovens



Fonte: dados da pesquisa.

Essa pergunta, em particular, merece atenção por parte dos/as formadores/as de futuros/as docentes/as de Biologia, pelo fato de que a grande maioria das/os futuras/os professoras/es em questão, acreditam que cabe à família o papel de falar sobre os diversos temas que envolvem a sexualidade com as crianças e adolescentes, o que coaduna com a onda ultraconservadora que assola o país na contemporaneidade. Conforme esclarece Junqueira (2018) o discurso antigênero parte da tentativa de se implantar o termo “ideologia de gênero”

gestada no interior do discurso e de práticas fundamentalistas ligadas a movimentos religiosos, dentre os quais estão: movimentos eclesiais católicos; associações pró-família e pró-vida (contrárias ao aborto); clínicas de conversão sexual (cura gay); organizações de juristas e/ou médicos cristãos; movimentos e partidos políticos de direita e extrema-direita e órgãos de imprensa. Diante de tal constatação, importa salientar que,

a escola é justamente o lugar onde os valores familiares devem ser questionados, problematizados, para que cada sujeito possa, com a ajuda da escola, da diversidade social e cultural que ela lhe apresenta e do trabalho pedagógico do/a educador/a, construir uma percepção mais crítica sobre si mesmo, sobre seu grupo social, sobre a sua sociedade e sobre o mundo (BORTOLINI et al., 2014, p. 59).

Ao questionarmos os licenciandos/as de quais os “conhecimentos relacionados a sexualidade eles consideram indispensáveis”, obtivemos várias respostas em comum, algumas relacionadas aos aspectos biológicos e outras relacionadas a sexualidade ligada à saúde/doenças, destacamos algumas delas: *“Ideologia de gênero, sexualidade, preconceito, definições e conceitos sobre tal” (M5); “Informações sobre conhecimento do corpo e prevenções de doenças” (M7); “Conhecimentos na área de Biologia principalmente, base explicativa em relação ao corpo, hormônios, etc. é muito importante. É claro, estudos aprofundados sobre o próprio tema "sexualidade" ou "educação sexual" (M13).*

[...] perante a essa configuração, a educação sexual fica fortemente associada ao corpo humano e aos aparelhos “reprodutores” masculino e feminino, e, associada, em grande parte, nos conteúdos disponíveis nos livros didáticos de Ciências. Além disso, a educação sexual veiculada nas escolas, além de seu caráter preventivo, associado à disseminação do medo e da doença, tem contribuído para difundir concepções rigidamente estereotipadas em relação ao gênero e a diversidade sexual (SILVA; SANTOS, 2011, p. 5).

Os formados foram questionados se consideram necessário que os cursos de formação de professores/as incorporem em seus currículos temas voltados à sexualidade, apenas uma pessoa respondeu não (6,25%) e não justificou o por que, enquanto 93,75% (n=15) afirmaram que sim, é importante e necessário e pode-se observar isto em algumas respostas: *“Sim, isso constitui a diversidade existente em nossa sociedade, o professor como responsável por formar um cidadão ao fim de uma educação básica, necessita conhecer a plenitude dessa diversidade para poder preparar seus alunos para entender toda a sua pluralidade” (M1); “Sim, é interessante que nessa formação esse professor possa lidar com possíveis questões que envolve sexualidade de forma coerente” (M10); “Sim, para sabermos lidar com a diversidade em sala de aula, e passar isso adiante também na escola, sendo uma forma também de erradicar o preconceito” (M9).* As respostas positivas vão de encontro ao raciocínio de Silva e Santos (2011) que aponta ser “necessário que os cursos de Licenciatura

incorporem em seus currículos tópicos específicos a respeito de educação para a sexualidade” (p. 9), assim o/a professor/a estará totalmente capacitado/a para trabalhar o tema dentro e fora de sala de aula, podendo também lidar com problemas que apareçam no dia a dia envolvendo seus alunos/as.

Ao serem questionados se “cabe somente ao professor de Ciências e Biologia a tarefa de lidar com a educação sexual nas escolas”, a maioria dos participantes (68,8%) achou que não é uma tarefa exclusiva do professor de Biologia, mas que mesmo entre aqueles que responderam “Sim” (31,3%), houve unanimidade em afirmar que somente os aspectos biológicos não são suficientes para abordar o tema, com exceção de uma pessoa. Destacamos alguns relatos de dois sujeitos dessa pesquisa:

*“Sim em partes! O fato do professor de Biologia estudar a vida, comportamentos, etc, cabe a ele uma certa exclusividade sobre o tema, mas... todos os professores precisam estar envolvidos, pois é um assunto generalista e que envolve toda uma sociedade. No momento em que se está em sala de aula, independente da matéria em que está lecionando, qualquer professor irá se deparar com citações relacionadas ao tema” (M14).*

*“Sim, porém não somente docentes desta área. Mas por ser dessa área torna as coisas muito mais natural, devido extensão da Biologia, de estudos comportamentais. O assunto tem tudo haver com a bio” (M5).*

Segundo Santiago, em 1997, os PCN “(...) estabeleceram esses temas como transversais, isso significa que, em todas as disciplinas escolares, tais assuntos devem ser abordados juntamente à proposta de cada aula a ser desenvolvida” (SANTIAGO, 2013, p. 7). Vê-se o quão é importante o exercício da interdisciplinaridade, Reis e Goularth (2017), explicam que nenhuma disciplina sozinha é capaz de trabalhar um assunto tão complexo e que deve ser abordado com cautela para evitar pensamentos preconceituosos. É importante que toda a equipe pedagógica da escola esteja unida, auxiliando-se para trabalharem tal tema de forma correta.

Os/as alunos/as foram questionados se “como futuro/a professor/a, se sente preparado/a para abordar sexualidade com crianças e jovens e quais são suas principais preocupações?”. Nesta questão obtivemos três categorias de respostas, (i) Sim, sem receio (n=2) 12,5%; (ii) Sim, com receio (n=4) 25%; (iii) não está preparado (n=10) 62,5%. Analisando as respostas observa-se que poucos se sentem preparados, e a maioria não está preparada para abordar o assunto e se preocupam com isso, sentem medo de como os pais vão se comportar perante o tema sexualidade, destacamos a seguir algumas respostas:

*“Preparado sim, porém uma grande preocupação são os pais dos alunos, que muitas vezes não são a favor de tratar este assunto em sala de aula, como também a religião.” (M9).*

*“Não me sinto tão bem preparada como gostaria, pois é um assunto delicado e muitas das vezes estes jovens podem se sentir ofendidos ou algo parecido caso a pessoa que for falar não esteja bem informada. Podem afetar estes jovens” (M4).*

*“Não estou preparando para trabalhar o assunto em sala de aula, isso me incomoda bastante, pois não tenho domínio sobre o assunto” (M6).*

*“Não, Ainda não estou preparado para abordar um assunto tão polêmico e Sério, tenho que estudar e me fundamentar mais” (M8).*

Duas respostas se destacaram, estes apontam que não estão preparados pois não tiveram contato suficiente com o tema durante sua formação:

*“Não, não me sinto e nem fui. Na minha grade curricular só tive uma disciplina que abordava o tema, e não foi o suficiente. A preocupação é de uma hora ter que lidar na prática e não ser capaz de "resolver" ou "educar" corretamente, justamente porque não fui preparada” (M13).*

*“Não! Por que não tive um estudo mais aprofundado sobre o tema. As minhas preocupações é quando necessário abordar sobre o assunto acabar deixando os alunos mais confusos” (M14).*

Barcelos e Jacobucci (2011) afirmam que a escola assume um papel muito importante no ensino de educação sexual, porém vem enfrentando desafios internos e externos para exercer esta função, o principal obstáculo é a falta de profissionais capacitados para abordar o assunto. Gonçalves (1998) aborda em seu trabalho a educação sexual no contexto escolar a partir da formação de professores/as da rede pública em Goiânia no período entre 1993 a 1995, e os dados da pesquisa indicaram que 82,4% dos professores/as não se consideram preparados para trabalhar educação sexual e suas nuances. Após 21 anos, a pesquisa aqui executada aponta o mesmo resultado, os dados obtidos mostram que a maioria dos futuros/as professores/as não se sentem preparados/as para ensinar sobre educação sexual. Nos deparamos aqui com um grande problema, pois a política nacional de formação de professores/as não está sendo suficiente para preparar os profissionais para abordar a sexualidade em sala de aula (SILVA, 2005). Sem uma formação inicial e continuada eficiente e eficaz pode-se passar mais 21 anos e os dados ainda serão os mesmos (SILVA e NETO, 2006). Barcelos e Jacobucci (2011) abordam que:

É importante introduzir na formação inicial de professores temas relacionados à educação sexual, para que possa ocorrer uma melhor orientação aos alunos sobre os mitos que envolvem as questões sexuais, informações na perspectiva do

conhecimento científico e reconstrução dos saberes que a sociedade, mídia e família imprimiram nos discentes, por meio de padrões de comportamento e diversas linguagens, incluindo textos e imagens (BARCELOS e JACOBUCCI, 2011, p. 336).

Há a enorme necessidade de se inserir e discutir temas ligados à educação para a sexualidade na formação inicial de professores/as, como observado o PPC antigo não possui nenhuma disciplina obrigatória relacionada a esse tema, acarretando dúvidas e dificuldades aos futuros professores/as (SILVA; SANTOS, 2011). Nessa perspectiva, concordamos com Silva e Santos (2011), ao afirmarem que,

para adequação da abordagem de uma educação sexual, como proposta pelos PCN's, se faz necessárias mudanças na formação dos profissionais da educação, visto que os mesmos ainda se encontram despreparados diante de tal assunto. É necessária uma formação voltada para o sentido amplo da sexualidade, de forma a abranger todas as questões, extrapolando as influências do contexto cultural e biológico (SILVA; SANTOS, 2011, p. 12).

Medidas devem ser tomadas com urgência, a matriz curricular dos cursos de licenciatura de todas as áreas de conhecimentos deve passar por alterações para que futuramente os dados das pesquisas mudem para positivo, os professores/as devem afirmar que estão preparados para abordar o tema em sala de aula. Junqueira (2014, p.7) aponta para outra vertente muito importante, se os/as professores/as não estiverem dispostos/as “a romper os seus compromissos com uma educação normalizadora, (re)produtora e reiteradora dos ditames do classismo, da branquitude, da heteronormatividade, da corponormatividade etc.” também não é possível uma boa formação para trabalhar a sexualidade. Concluímos que existe aqui uma via de mão dupla, o curso deve oferecer o suporte necessário, mas o professor também deve estar aberto a entender sobre o tema.

Quando questionados se estão acompanhando as discussões recentes envolvendo o termo “ideologia de gênero”? 50% afirmou que sim e 50% afirmou que não. E quando se questionou como explicariam esse termo para um/a aluno/a obtivemos três categorias de respostas, (i) os que entendem que o termo “ideologia de gênero” é inadequado, sendo correto falar em construção de identidades (n=5) 31,25%. Pode ser observado isso na seguinte fala: “Ninguém nasce homem ou mulher e define por causa de seu órgão genital, e sim cada indivíduo deve construir sua própria identidade” (M13). A segunda categoria de resposta é (ii) os que não sabem explicar (n=2) 12,5%, e por fim (iii) os que explicariam que o ser humano vai escolher como se identifica, podendo ser observado nas falas a seguir:

“É onde o indivíduo pode escolher ser o que quiser, pois ninguém nasce homem ou mulher, sempre tratando com respeito a se mesmo e aos próximos” (M14).

“Ninguém nasce homem ou mulher, mas que cada indivíduo deve construir sua própria identidade, isto é, seu gênero, ao longo da vida” (M15).

“*Que o ser humano pode escolher o que quer ser, independente do sexo biológico*” (M16).

Podemos concluir com as respostas que a grande maioria não consegue definir bem o que é ideologia de gênero, mas para responder essa pergunta é importante saber a origem e o uso da expressão. Na década de 80, o termo gênero já havia sendo utilizado pelo movimento feminista para analisar “os mecanismos legais e culturais da subordinação das mulheres” o termo era utilizado então para falar sobre a situação das mulheres (GIRARD, 2007), que tentavam ter para si os direitos reprodutivos e sexuais. No ano de 1990 fortaleceu-se os embates entre as ativistas e a igreja católica, que questionava a adoção deste termo pelas feministas.

Os representantes da Igreja Católica e das ONGs cristãs estavam temendo o fortalecimento do movimento e pediam para as feministas definirem melhor o termo (MACHADO, 2018). Em 1993 a bióloga feminista Anne FAUSTO-STERLING, publicou um artigo no qual identificava e defendia a existência de cinco possibilidades de diferenciação sexual no espectro biológico, indo da mulher ao homem (MACHADO, 2018). Neste momento, iniciou-se a preocupação da Igreja em combater o discurso de gênero defendido pelas feministas (MACHADO, 2018). Logo, na segunda metade da década de 90, sacerdotes e teólogos, começaram a discutir e formular um discurso para combater a perspectiva de gênero que vinha sendo desenvolvida pelas feministas de vários países do mundo, então

a Comissão Episcopal do Apostolado Laical e a Conferência Episcopal do Peru lançaram um documento intitulado *La ideologia de género: sus peligros y alcances*, associando a perspectiva de gênero ao marxismo, ao ateísmo e à “visão construcionista” que negaria a dimensão natural e instintiva de homens e mulheres. (MACHADO, 2018, p. 4).

Muitas considerações deste documento foram responsáveis por transformar a ideologia de gênero como o destruidor das relações matrimoniais. Resumindo, os estudiosos da área estão em consenso que:

“teoria/ideologia de gênero”, com suas flexões, é uma invenção católica cuja configuração e emergência se deram entre meados dos anos 1990 e início da década seguinte, ao longo de articulações que envolveram episcopados, o associacionismo pró-vida e pró-família, e organizações terapêuticas de reorientação sexual, sob os desígnios do Pontifício Conselho para a Família e com o apoio de vários dicastérios da Santa Sé, como a Congregação para a Doutrina da Fé (JUNQUEIRA, 2018, p. 463).

Nos anos seguintes o termo espalhou-se pelo mundo, sendo utilizado pela Igreja no discurso antigênero para afirmar que possui apenas caráter especulativo, incerto e não científico, “teoria de gênero” seria apenas um erro da mente humana, sem validade científica,

estas formulações seriam apenas ideológicas, e suas premissas falsas (Junqueira, 2018, p. 459). Por não saberem definir com precisão o que é ideologia de gênero deixa claro mais uma vez que a formação inicial destes futuros profissionais sobre sexualidade não foi suficiente.

A última questão do questionário era “Caso você tenha que desenvolver um projeto sobre sexualidade em uma escola, o que abordaria?”. Algumas das respostas foram: “Abordaria o preconceito contra LGBTs+, e os direitos igualitários que todos devem ter. E Aprendendo a respeitar o próximo” (M4); “Doenças sexualmente transmissíveis” (M15); “Diferença entre Gênero e sexualidade. Os alunos não sabem distinguir às duas palavras” (M6).

Em vista das respostas coletadas é possível observar que este é um assunto vago até para os formandos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, já que faltam projetos com abordagens em respeito a aspectos sociais. Devido a esta imprecisão no conhecimento sobre o assunto, há muitas falhas no processo de construção de saberes, além disso a maioria (68,8%) joga este dever para outras instituições principalmente a família, o que pode ser evidenciado por meio da análise dos dados.

Para Prado (2003), o desenvolvimento de projetos é importante pois é uma ferramenta que possibilita a inclusão de assuntos variados em sala de aula. Não é de hoje que qualquer assunto que diz respeito a sexualidade é tido como tabu, principalmente no âmbito escolar. Saber como abordar um determinado assunto é de fundamental relevância para a aprendizagem e o respeito entre os discentes.

#### **4. Conclusões**

A primeira abordagem da vigente pesquisa foi analisar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) para identificar como o documento contempla questões relativas à educação para a sexualidade, então foi observado que no PPC vigente para a turma do oitavo período (PPC antigo), não consta nenhum componente curricular e/ou disciplina especificamente relacionada às temáticas que envolvam gênero ou sexualidade. Assim, até o ano de 2018 foram formadas turmas de professores/as que não tiveram contato com disciplinas obrigatórias específicas relacionadas a sexualidade.

Em 2018 entrou em vigor o novo PPC que passou por mudanças, dentre eles passaram a incluir gênero e sexualidade, possuindo assim uma disciplina específica intitulada “*Relações étnico-raciais e diversidade de gênero no ambiente escolar*”, o que evidencia um avanço na organização curricular do curso. Entretanto, uma única disciplina pode não ser suficiente para

uma formação ampla sobre o tema, fazendo-se necessárias maiores articulações das disciplinas específicas do curso com as discussões relativas ao Campo de Estudos do Gênero.

Abordando o processo de formação inicial, 62,5% (n=10) dos/as futuros/as professores/as participaram de atividades extracurriculares relacionadas ao tema sexualidade.

A maioria dos estudantes define a sexualidade como um caráter ligado exclusivamente aos aspectos biológicos. Para falar da diferença entre sexo e gênero a um estudante de Ensino Médio a maioria explicaria sexo relacionado aos aspectos biológicos e definem gênero em duas vertentes, alguns abordam o lado que o indivíduo molda seu gênero de acordo com as influências da sociedade e outros explicam que gênero é como a pessoa se identifica levando em consideração os sentimentos e instintos pessoais.

Os/as formandos/as estão divididos sobre qual instituição (escola, família e igreja) deve se ocupar prioritariamente sobre a educação sexual, sendo que a maioria dos discentes disseram que a família deve se ocupar prioritariamente da educação sexual, e somente em seguida a escola deve exercer seu papel.

Os/as licenciandos/as consideram temas como: ideologia de gênero, sexualidade, preconceito, informações sobre conhecimento do corpo e prevenções de doenças, estudos aprofundados sobre o próprio tema "sexualidade" ou "educação sexual" indispensáveis para a formação do/a professor/a.

A maioria dos/as discentes consideram necessário que os cursos de formação de professores/as incorporem em seus currículos temas voltados à sexualidade. A maioria dos participantes acredita que trabalhar a sexualidade não é uma tarefa exclusiva do/a professor/a de Biologia. Apenas metade dos/as formandos/as afirmam acompanhar as discussões atuais envolvendo o termo "ideologia de gênero" e a maioria não sabe explicar com precisão a origem e o significado deste termo.

O principal questionamento da pesquisa é descobrir se os formandos/as estão preparados/as e seguros para conduzirem discussões alusivas à educação para a sexualidade em sala de aula, esta pergunta foi respondida de forma negativa, a maioria dos futuros/as professores/as de Ciências e Biologia não se sentem preparados/as para trabalhar o tema sexualidade em sala de aula, possuem medo e receio de ensinarem de forma errônea, e possivelmente gerar preconceitos entre os alunos/as. Desta forma, fazem-se necessárias novas políticas educacionais voltadas à formação inicial e continuada de professores/as para que estes estejam preparados/as para lidar com as questões de sexualidade, diversidade, a fim de acabar com preconceitos e fazer uma sociedade mais justa capaz de respeitar qualquer pessoa em suas múltiplas identidades.

## 5. Referências

ALTMANN, Helena. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. **Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 13, p.69-82, 2013.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 22, n. 40, p. 95-103, 2013.

BARCELOS, Nora Ney Santos; JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. Estratégias didáticas de educação sexual na formação de professores de Ciências e Biologia. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**. v. 10, n. 2, p. 334-345, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASTOS, Felipe. "Eu fico meio sem saber como eu vou falar isso assim, do nada": currículo, diversidade sexual e ensino de Biologia. In: TEIXEIRA, Pedro Pinheiro; OLIVEIRA, Roberto Dalmo Varallo Lima de; QUEIROZ, Glória Regina Pessoa Campello. **Conteúdos cordiais: Biologia Humanizada para uma Escola sem Mordada**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019. Cap. 3. p. 34-45.

BORTOLINI, Alexandre; MOSTAFA, Maria; COLBERT, Melissa; MICALHO, Pedro Paulo; POLATO, Roney; PINHEIRO, Thiago Félix. **Trabalhando Diversidade Sexual e de Gênero na Escola: Currículo e Prática Pedagógica**. 1. Ed. Instituto de Psicologia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP Nº 02, de 01 de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC/CNE/CP, 2015.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos/ tradução e Ana Cristina Nasser**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008 (Coleção Sociologia). pp. 295-316.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality**. New York: Basic Books, 2000.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e o Direito**. São Paulo: Saraiva, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 18 ed. São Paulo: Graal, 2007. 176 p.

FRANÇA, Fabiane Freire; CALSA, Geiva Carolina. Gênero e sexualidade na formação docente: desafios e possibilidades. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 24, n. 2, p. 111-120, jul./dez., 2011.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: quando a articulação de múltiplos discursos possibilita sua inclusão curricular. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 283-317, jan./jun. 2008.

GIDDENS, Antony. **Sociologia**; 4ªed./Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIRARD, Françoise. “Negociando derechos sexuales y orientación sexual en la ONU”. In: PARKER, Richard; PETCHESKY, Rosalind; SEMBER, Robert (Eds.). Políticas sobre Sexualidad: Reportes desde las líneas del frente. México, 2007. p. 347-398.

Gonçalves, Eliane. **Educação Sexual em Goiânia: da formação de professores à sala de aula**. 1998. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás.

JUNIOR, Emilio Rodrigues. **Educação para as relações étnico-raciais e culturais no ensino superior**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) \_ Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL, São Paulo.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**. v. 18. n. 43. p. 449-502. 2018.

\_\_\_\_\_. Conceitos de diversidade. Parte I. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 2, n. 3, p. 4-8, jan./jun. 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. **Sexualidade, gênero e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER, D. (Org.). **Saúde e sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 85-96.

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação**. 6ª ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9. Petrópolis: Vozes, 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. Rio de Janeiro: EPU - Editora Pedagógica e Universitária, 2014. 112p.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 1-18, 2018.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11-29.

OLIVEIRA, Bruna Silvestre de. **GÊNERO E EDUCAÇÃO: a diversidade sexual no contexto escolar**. 2015. Monografia (Curso de Licenciatura em Ciências Sociais). 64 f. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande: Paraíba.

OLIVEIRA, Janaina Gomes de; FREITAS, Leandro Leal de; DIAS, Rafael Dantas. Apresentação do Dossiê Educação, Sexualidade e Gênero. **Revista Café com Sociologia**, Maceió, v. 6, n. 1, p. 1-4, jan/abr, 2017.

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017. p. 35-48.

PPC. **Projeto Pedagógico de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí**. Urutaí, GO, outubro, 2015.

PPC. **Projeto Pedagógico de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí**. Urutaí, GO, outubro, 2017. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/PPC-Licenciatura---Biologia---Urutai--Versao-final-2.pdf>. Acesso em: 04 de setembro de 2019.

PRADO, Maria Elisabette Brisola Brito. "**Pedagogia de projetos**." Série “Pedagogia de Projetos e Integração de Mídias”- Programa Salto para o Futuro, Setembro, 2003.

REIS, Neilton; GOULARTH, Isabela dos Reis. Questões de gênero no ensino médio: interfaces em Sociologia, Biologia e Interdisciplinaridade. **Revista Café com Sociologia**. v.6, n. 1. p. 88-106, 2017.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível. Resenha de Livro. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 25, n. 2. p. 113-114, 2016.

RODRIGUES, Fernanda Fernandes Santos; COCCO, Denise Dias Alves. Sexualidade: conhecendo as representações de professores/as em formação do curso de Ciências biológicas. **Revista GeTeC**, Monte Carmelo, v. 7, n. 16, p. 24-33, 2018.

SANTIAGO, Mariani Guedes. **Corpo, Gênero e Sexualidade: um diálogo com as professoras dos anos iniciais**. 2013. Monografia (Programa de Pós-Graduação em Educação Física) \_ Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

SEFFNER, Fernando. Tem nexos não falar sobre sexo na escola? **Revista Textual**, Porto Alegre, v. 1, n. 25, p. 22-29, maio, 2017.

SEFFNER, Fernando; BORRILLO, Daniel; RIBEIRO, Felipe Bastos. Apresentação do dossiê: “Gênero e sexualidade: entre a explosão do pluralismo e os embates da normalização”. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 5-9, jan/abr, 2018.

SEFFNER, Fernando; BORRILLO, Daniel; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. Gênero e sexualidade: Entre a explosão do pluralismo e os embates da normalização. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 5-9, 2018 .

SILVA, Elder Luan dos Santos. Entre silenciamentos e invisibilidades: ausência de discussões curriculares e políticas institucionais de gênero e sexualidade na universidade. **Revista Diversidade e Educação**, v. 7, n. 1, p. 39-63, Jan/Jul. 2019.

SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Corpo e sexualidade: experiências em salas de aula de Ciências. **Revista Periódicus**, Bahia, v.1, n.2, p.1-15, nov./abril, 2014/2015.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: SANTOS, Welton Barbosa; FALEIRO, Wender.; SANTANNA, T.; DIAS, W. **O masculino e o feminino na escola: as contradições da norma e da forma discursivamente impostas**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018, p. 1-3.

SILVA, Liza Manuela Martins e; SANTOS, Sandro Prado. Sexualidade e formação docente: representações de futuros professores/as de Ciências e Biologia. In: **VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – ENPEC**. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Campinas, SP, 2011.

SILVA, Oscarina Maria da. **A Orientação Sexual como Tema Transversal e a Formação de Professores**. 2005. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Fundação Universidade Federal do Piauí.

SILVA, Regina Célia Pinheiro da; NETO, Jorge Megid. Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na Escola: o que mostram as pesquisas. **Revista Ciência e Educação**. v. 12, n. 2, p. 185-197, 2006.

SOUZA, Jane Felipe. Do amor (ou de como glamourizar a vida): apontamentos em torno de uma educação para a sexualidade. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Méri Rosane Santos da; SOUZA, Nádia Geisa Silveira; GOELLNER, Silvana Vilodre; SOUZA, Jane Felipe (Orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: Discutindo Práticas Educativas**. Rio Grande: Ed. FURG, 2007. p. 31-45.

VALIENTE, Carine; SELLES, Sandra Escovedo. Representação de corpos humanos em livros didáticos de Ciências em perspectivas históricas. In: **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XI ENPEC**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Florianópolis, SC. 2017.

VIANNA, Cláudia Maria. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 127-143, maio/ago, 2012.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 43-104.

## ANEXOS

### **Anexo 1.** Diretrizes para Autores – Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio - Associação Brasileira de Ensino de Biologia

#### Normas de formatação da revista

Serão aceitos textos originais escritos em português, espanhol ou inglês. Os artigos, que devem ter entre 10 e 20 páginas em tamanho A4, devem ser submetidos em arquivo compatível com as extensões .odf (OpenOffice) ou .doc (MS Office), formatado em fonte Times New Roman tamanho 12 e espaçamento 1,5 com todas as margens definidas em 2,5cm. O resumo deve conter até 120 palavras e deve estar escrito no mesmo idioma do artigo. Deve conter título em inglês e abstract. As ilustrações, tabelas, figuras e gráficos, com identificação da autoria, devem estar inseridas ao longo do texto, na posição em que devem ser publicadas, as citações diretas e as referências bibliográficas devem estar de acordo com as normas ABNT (NBR 10520 e NBR 6023).

O texto enviado para a revista não deve conter qualquer informação que possa identificar seus autores: os nomes dos autores e eventuais informações presentes em notas de rodapé, por exemplo, que possam identificar a autoria do trabalho devem ser removidos, bem como devem ser apagados os dados nas "propriedades do arquivo" que possam identificar autores e instituições. Recomenda-se que as pesquisas que envolvam a participação de seres humanos estejam de acordo com a Resolução CNS 510/2016.

#### **Condições para submissão**

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
2. O arquivo da submissão está em formato OpenOffice ou Microsoft Word.
3. O texto tem entre 10 e 20 páginas em tamanho A4; está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
4. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em [Assegurando a avaliação pelos pares cega](#) foram seguidas.

## **Declaração de Direito Autoral**

### **Aviso de Direito Autoral Creative Commons**

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- a. Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.
- b. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- c. Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja [O Efeito do Acesso Livre](#)).

## Anexo 2. Questionário enviado aos participantes da pesquisa

### Idade:

- Entre 17 e 19 anos
- Entre 20 e 23 anos
- Entre 24 e 30 anos
- Maior que 31 anos

**Período do curso:** \_\_\_\_\_

**Gênero:**  Masculino  Feminino

1. Enquanto estudante de licenciatura em Ciências Biológicas você já participou de alguma atividade acadêmica envolvendo questões ligadas à sexualidade?  
 Sim  Não  
Em caso afirmativo, cite a temática e que instituição promoveu.
2. Como você define sexualidade?
3. Como você explicaria a diferença entre sexo e gênero a um estudante de Ensino Médio?
4. De acordo com suas concepções sobre sexualidade, quem deve se ocupar prioritariamente da educação sexual de crianças e jovens?  
 Escola  Família  Igreja  Outra. Qual? \_\_\_\_\_
5. Para que um/uma professor/a possa abordar temas ligados à sexualidade, que conhecimentos você considera indispensáveis?
6. Você considera necessário que os cursos de formação de professores incorporem em seus currículos temas voltados à sexualidade? Justifique.
7. Cabe ao professor de Ciências e Biologia a tarefa de lidar com a educação sexual nas escolas. Você concorda com essa afirmação?  Sim  Não  
Justifique.
8. Você, como futuro/a professor/a, se sente preparado/a para abordar sexualidade com crianças e jovens? Quais são suas principais preocupações? Por quê?
9. Você tem acompanhado as discussões recentes envolvendo o termo “ideologia de gênero”?  Sim  Não. Como você explicaria esse termo para um/a aluno/a?
10. Caso você tenha que desenvolver um projeto sobre sexualidade em uma escola, o que abordaria?